

A CONTRIBUIÇÃO DE ROBERTO COCHRANE SIMONSEN PARA O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL.

Maurilio Rompatto*
Angelo Barreiro Gonçalves
Marilda Leal
Neli Pereira de Souza
Silene da Silva Betanin**

RESUMO: O objeto de estudo em questão é a obra de Roberto Cochrane Simonsen. Por ter escrito vários textos em que defende a intervenção do Estado e a proteção à indústria nacional como saída para a crise e para a dependência econômica em que o país se encontrava na década de 1930, este autor é, geralmente, identificado pela historiografia como “um dos grandes ideólogos da industrialização brasileira”. Essa militância político-intelectual e a obra a ela vinculada constituem nosso objeto de análise.
PALAVRAS-CHAVE: Industrialização, intervencionismo, estatização, liberalismo

ABSTRAT: The study's object in question is the Roberto C. Simonsen's work. Across written several texts in that at defend the state's intervention and the protection the national industry like exit to the crisis and to economic dependence where the country found at 1930 years. Usually Simonsen is identified by historiography like “one of the biggest ideologist brazilian industrialization this militant brain worker and the work linking make our analysis object.

KEY WORDS: Industrialização, intervencionismo, Estatização

INTRODUÇÃO

Simonsen nasceu em 1889 e veio a falecer em 1948, de modo que foi contemporâneo de eventos que mudaram a face do mundo: a formação dos cartéis no domínio econômico, os primeiros sintomas de crise geral do capitalismo, o advento do automóvel, o recrudescimento do intervencionismo comercial, a divisão do mundo entre as grandes potências, a primeira guerra mundial, a revolução russa, a queda de monarquias seculares, o despertar político das classes trabalhadoras, a crise de 1929, o desemprego em massa, ascensão do governos totalitários de esquerda e direita, segunda guerra mundial, aparecimento da energia nuclear e da bomba atômica, início da guerra fria, etc.⁵⁴ A tudo isto, acrescenta-se os inventos que tiveram um impacto mais direto sobre os costumes e sobre a produção e difusão cultural: a popularização da fotografia e do telefone, o aparecimento do cinema e dos meios de comunicação eletrônicos (rádio e televisão), enfim, do desenvolvimento da chamada indústria cultural.

No Brasil, em particular, o período em que Simonsen viveu e atuou foi marcado pela decadência do sistema agrário

exportador, pela ascensão do sistema capitalista, com a importância crescente da industrialização, a formação da classe operária, de partidos operários e a crescente centralização política⁵⁵, sobretudo a partir do golpe contra-revolucionário de 1930⁵⁶ e do Estado Novo de 1937.

Entre os estudos sobre a vida e a obra de Roberto Simonsen se destacam dois tipos de trabalhos: os personalistas a exemplo de Heitor Ferreira Lima, *História do Pensamento Econômico no Brasil*⁵⁷ e *Três Industrialistas Brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*⁵⁸ e dos organizadores da revista “Isto é Dinheiro”, em sua edição de número 30.⁵⁹ Ambos podem ser incluídos na categoria de estudos personalistas e apoloéticos da burguesia nacional, onde Simonsen é exaltado como herói nacional. Por outro lado existem trabalhos mais críticos, como *A Vitória da Razão* da professora Maria Antonieta Martinez Antonacci.⁶⁰

Heitor Ferreira Lima, apesar de sua filiação às forças de esquerda, também tem uma visão quase apoloética sobre Simonsen. Segundo Lima, Simonsen teve uma “*atuação teórico-prática, inseriu de maneira*

54 LIMA, Heitor Ferreira. 3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen. SP: Alfa Ômega, 1976, pp. 149/150.

55 Idem, p. 150.

56 Essa é a interpretação feita por De Decca em *O Silêncio dos Vencidos* (SP, Brasiliense, 1986), para quem o movimento desencadeado em 1930 teve um caráter pronunciadamente conservador e não revolucionário.

57 LIMA, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

58 LIMA, Heitor Ferreira. 3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen. São Paulo: Alfa Ômega, 1976, pp. 149/150.

59 BIOGRAFIAS DE GRANDES EMPRESÁRIOS: Roberto Simonsen – O pioneiro que levou a indústria brasileira a Idade Moderna. Revista “Isto é Dinheiro” (Coleção Dinheiro), nº30, p. 04.

60 ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. *A Vitória da Razão (?)*: O IDORT e a Sociedade Paulista. São Paulo: Marco Zero, 1993.

enérgica, decisiva, audaciosa e inteligentemente, o problema da industrialização dentro de nosso pensamento econômico, dando-lhe um vigor que antes não encontramos na história nacional."⁶¹

Como se pode notar, Lima coloca-se no mesmo terreno de Simonsen: a defesa da modernização do país através da industrialização e, para tanto, aceita como necessário o fortalecimento do Estado. Neste sentido, Lima defende o capitalismo e o intervencionismo de Estado, ou seja, uma solução burguesa para a crise. Deste modo, não chega a formular uma análise crítica do pensamento de Simonsen, mas, antes, coloca-se entre os estudos da historiografia tradicional cuja tônica é a exaltação da elite.

Os organizadores da revista "Isto é Dinheiro", em sua edição de número 30⁶², também não deixaram por menos. Foram mais enfáticos ao dar a Simonsen o título de pioneiro da indústria nacional "que levou a indústria brasileira à Idade Moderna"⁶³. A figura de Simonsen emerge, assim, como a típica figura do herói da modernização conservadora.

O trabalho de Antonacci não se filia a essa linha apologética, mas o seu estudo é mais abrangente, por um lado, e mais restrito de outro. É mais abrangente porque analisa uma série de documentos e de autores que se reuniram em torno do IDORT, num recorte temporal que envolve várias décadas. Por outro lado, restringiu sua pesquisa à questão da ideologia do trabalho. Assim, a obra de Simonsen aparece aqui esporadicamente e a análise crítica de seu pensamento incide preferencialmente na questão da organização do trabalho.

Roberto Simonsen: Vida e Obras.

Roberto Cochrane Simonsen nasceu em 18 de fevereiro de 1889 no Rio de Janeiro, filho de Robertina da Gama Cochrane, brasileira e de Sidney Martin Simonsen, inglês. Simonsen embora sendo carioca se considerava paulista, pois sempre viveu em Santos. Neto do engenheiro Inácio Wallace da Gama Cochrane o qual o influenciaria em sua profissão. Sua família detinha grandes posses, foi um aluno inteligente e possuía uma força de vontade muito grande que o levou a conseguir tudo que desejava.

Formou-se muito cedo, aos 21 anos, na Escola Politécnica de São Paulo, depois de formado colocaram a sua disposição funções em dois cargos públicos, mas ele as recusou.

Entre 1911 e 1912 trabalhou na prefeitura de Santos, onde se destacou por um projeto de reurbanização da cidade, levando-se em conta os limitados recursos financeiros, suas obras melhoraram em muito as condições da cidade praiana.

Retirando-se da prefeitura, funda, em 1912, juntamente com amigos, a Companhia Construtora de Santos, em seguida adquire ações de uma empresa de enlatamento de carnes e uma olaria, e assim, absorve uma firma

importadora, chamada a Casa Baruel. Na Companhia Construtora de Santos foi diretor até 1940. Esse tipo de empresa era novidade, até então, as construções residenciais eram feitas por empreiteiros.

Em 27 de dezembro de 1918 Simonsen foi convidado para ser orador, na saudação a Pádua Salles, recentemente empossado ministro da Agricultura, onde Simonsen salientou a necessidade de adotar o Taylorismo, um novo sistema de produção, passando do sistema empírico para o método científico, organizando o trabalho, traçando planos, de modo a se obter a máxima eficiência, pois o sistema adotado até então, estava atrasando nossa produção agrícola. Com esse discurso conquistou a admiração do ministro Pádua Salles, este o nomeou para membro da Missão Brasileira que foi à Inglaterra em 1919, tendo assim, a oportunidade de conhecer o parque industrial britânico, entrar em contato com personalidades da alta finança internacional e tratar de vários assuntos de interesse da economia brasileira, sendo nomeado em 04 de setembro de 1919, delegado único do Brasil ao Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, da Inglaterra trouxe um técnico para estudar as condições da lavoura, destacando a necessidade de reerguer essa cultura, pela carência de matéria-prima para a recuperação dos prejuízos acarretados pelo conflito armado que acabava de encerrar.

Para Simonsen o enriquecimento do homem do campo é fator essencial para o fortalecimento do mercado interno, encarava o problema em conjunto, se o produto no estado bruto já representa uma riqueza, depois de beneficiado ofereceria, sem dúvida, maior utilidade para o consumo.

Em sua Companhia Construtora de Santos, Simonsen foi o primeiro a introduzir métodos de organização racional do trabalho (o taylorismo) e as comissões entre patrões e empregados, para solucionar conflitos que surgissem. Com o crescimento, e para atender o mercado foram criadas novas companhias sempre sob o comando da Companhia Construtora de Santos a qual tinha como segredo sua organização.

Simonsen já se preocupava com o problema da mão-de-obra e a "questão social" do operário, segundo ele o empresário deveria oferecer pagamento justo pela remuneração aos trabalhadores. Isso em 1918-1919, período em que ocorria uma crise histórico-social, a Revolução Socialista na Rússia. Enfatiza ainda, que as questões de conflito entre as duas classes, patrões e empregados, deveriam ser resolvidas de forma harmônica, o empregado trabalhando satisfeito melhora sua produção e desempenho, aumenta a produção. Com isso, o que ele realmente queria era conciliar as classes da sociedade. Uma postura conservadora e fascista (duas faces, a do patrão e do empregado).

A Companhia Construtora de Santos executou, entre 1922 e 1923, construções de quartéis para o exército,

61 LIMA, Heitor Ferreira. História do pensamento econômico no Brasil. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1976, p. 168.

62 Idem.

63 Ibidem

abrangendo 36 cidades e nove estados, chegando a contar com mais de 15.000 (quinze mil) operários trabalhando. Nessa ocasião Simonsen introduziu a administração científica, o Taylorismo, com a racionalização e disciplinarização do trabalho. Introduziu o sistema de quotas e a idéia do ganho pela produtividade, para promover a concorrência entre os operários, e desarticulá-los da organização político-trabalhista, do anarquismo e do socialismo.

Por isso, foi defensor da mão-de-obra técnico-profissional, achava que para acompanhar o processo de industrialização era necessário ter mão-de-obra “qualificada”. Ou seja, despolitizada. Para que isso ocorresse de forma generalizada seria necessário, segundo ele, instruir as grandes massas, possibilitando a maior valorização de seus operários, proporcionando a elevação do salário.

Fruto de sua criação, surge em 1942 o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). A organização se destina a aumentar o número de trabalhadores especializados e aperfeiçoar os conhecimentos profissionais.

A preocupação de Simonsen com a instrução ia da formação das massas à formação das elites. Por isso, Contribuiu para a criação da Escola de Sociologia e Política, cuja finalidade era, transformar-se em centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo e estabelecer a ligação do homem como o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições da existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar, eficaz e conscientemente, na direção da vida social.

Simonsen foi atuante defensor da industrialização. Segundo ele, o país necessitava intensificar a industrialização, e para isso havia de se impor um planejamento, distribuindo os investimentos de capitais e recursos técnicos de acordo com o programa previamente traçado, tendo como exemplos a Rússia, Turquia, em menor escala o Estados Unidos e a Inglaterra, visando a elevação da renda nacional a um nível suficiente para atender aos imperativos da nacionalidade.

Essa industrialização não se separaria do aperfeiçoamento da produção agrícola, pois o nosso país teria condições de desenvolver indústrias ligadas às atividades extrativas e agropecuárias. O desenvolvimento dessas indústrias dependeria do aperfeiçoamento dos transportes e distribuição e do comércio em geral.

O fortalecimento econômico deveria abranger os setores agrícolas, industriais e comerciais, como também os sociais e econômicos.

As maiores verbas de seu plano seriam utilizadas na eletrificação do país, na mobilização de suas várias fontes de combustíveis e na organização de seus equipamentos de transportes. Seriam criadas indústrias-chave, capaz de garantir a auto-suficiência de nosso parque industrial. Para a realização de duas questões básicas, de como obter financiamento e como seria exercido o intervencionismo do estado, a parceria seria a tônica das sociedades de mercado que na época atravessavam uma crise aguda de superprodução de um lado e sub-consumo de outro. Fruto do liberalismo desenfreado e da falta de planejamento para a economia.

No caso do Brasil investia-se maciçamente na expansão cafeeira, quando por conta de sua superprodução e falta de consumidores à altura do volume de sua produção e exportação o café não alcançava bons preços no mercado internacional.

Ainda participou na criação e instalação da Usina de Volta Redonda, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) cujos objetivos eram: criação de indústrias básicas, execução de obras públicas e prover a defesa nacional de elementos necessários ao seu desenvolvimento, participou ainda da criação da Cia. Vale do Rio Doce e da Hidrelétrica de Paulo Afonso.

Simonsen como historiador buscava soluções aos problemas, principalmente os de cunho econômico, através de seus livros conseguiu explicar as causas de muitos problemas políticos e sociais que ainda não tinham sido resolvidos e explicados. Como líder industrial revelava qualidades de organizador e orientador, possuindo dotes especiais como da persuasão, paciência, não temia responsabilidades, sabia enfrentar dificuldades e tomar atitudes definidas.

Simonsen no Contexto da Crise de 1929 e da Revolução de 1930.

O período vivido por Simonsen – 1889 a 1948 – foi marcado pela crise do capitalismo (1929), pela falência do liberalismo e pelo crescente intervencionismo de Estado na economia.

Culminando com um rápido declínio nas atividades econômicas, em 24 de outubro de 1929 ocorreu a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Nesse dia foram lançados no mercado mais de 16 de milhões de títulos, os quais não encontravam compradores, acelerando-se a queda de seu valor nos dias posteriores, principalmente no dia 29. No início de novembro, a totalidade das ações tinha perdido mais de um terço do seu valor.

A crise norte-americana arrastou consigo os países mais ligados a sua economia. De imediato, a crise levou à falência as instituições bancárias norte-americanas e européias, uma vez que os bancos norte-americanos repartiram os capitais investidos e cessaram de abrir créditos aos países estrangeiros. A solução imediata encontrada pelo governo americano foi intervir na economia.

A intervenção na economia visou, nas palavras do próprio presidente norte-americano Roosevelt, “dar a indústria a certeza de lucros razoáveis e aos trabalhadores a certeza de um salário suficiente”. Em 1933 começou a aplicação da Lei de Recuperação da Indústria Nacional (National Industrial Recovery Act ou NIRA), pela qual todos os setores industriais e comerciais deveriam redigir um código de concorrência leal garantindo aos trabalhadores um salário mínimo e a liberdade sindical. O governo federal reservava-se o direito de arbitrar tais disposições se não fossem livremente resolvidas de

comum acordo.

O intervencionismo do estado na economia tornou-se fenômeno internacional após a grande crise capitalista de 1929, onde as economias centrais retraíram seus investimentos externos para socorrer a falta destes em seus próprios mercados.

Até mesmo os Estados Unidos da América que na Primeira Guerra se tornara o maior exportador de capitais, sobretudo aos países latino-americanos, após a crise a retração dos investimentos americanos foi tanto que não só tornou-se necessário ao Estado Ianque proteger sua economia nacional, em seu próprio mercado, quando permitir país como o México a planificar e proteger sua economia em setores básicos de produção e transporte, como foi o caso do petróleo.

Até então os exportadores americanos extraíram o petróleo mexicano pagando ao governo daquele país um irrisório imposto que chegava a um centavo de dólar por tonelada extraída e exportada. A partir da crise, não só o estado mexicano passou a intervir na exploração privada como ele próprio criou a PEMEX para esta mesma finalidade e, com isso, nacionalizar a exploração daquele produto em seu subsolo.

Foi no contexto da crise mundial do capitalismo que o Laissez Faire e a Divisão Internacional do Trabalho dão lugares aos sistemas nacionais da economia política. Em um primeiro momento, os governantes limitaram-se a adotar as medidas tradicionais, tais como o intervencionismo alfandegário, a deflação e o controle do câmbio. Aos poucos, o papel do Estado foi aumentando, destacando-se sua intervenção no processo econômico através de um programa de sustentação da atividade econômica e da diminuição das tensões sociais. O Estado aparentemente assumiu a posição de árbitro e organizador da economia: iniciava-se a era do dirigismo econômico.

O fenômeno ocorreu em quase todos os países do mundo, sobretudo no mundo ocidental e capitalista. Nos países mais diretamente atingidos pela crise, como a Alemanha, em que o equilíbrio entre as classes fora rompido, a forma mais radical do intervencionismo estatal foi o nazismo. Mas o modelo clássico de regulamentação da atividade econômica pelo estado foi o New Deal nos EUA. Para tecnocratas que cercavam a presidência norte-americana, influenciados que estavam pelas idéias do economista inglês John M. Keynes, a crise resultara de um excedente de produção (superprodução) e de uma insuficiência do consumo (subconsumo). Tornava-se uma melhor distribuição de renda de modo a diminuir a capacidade de produção e aumentar o poder de consumo.

Na realidade o New Deal foi o conjunto de medidas intervencionistas e dirigistas que visavam defender o capitalismo da crise. A partir daí o Estado torna-se o dirigente das iniciativas preocupando-se cada vez mais com os empreendimentos particulares, o emprego de capitais e de mão-de-obra e, sobretudo, promovendo grandes obras públicas para o investimento de capitais privados e da mão-de-obra excedente, que de outro modo,

pela livre iniciativa ou pelo liberalismo, não encontrariam emprego. Daí a clássica necessidade de se criar “frentes de trabalho”, tornando o estado “cabide de emprego” e ele próprio é o principal freguês do capital.

Historicamente, estavam dadas as condições pelas quais o Estado faria com que a política antecedesse a economia.

No Brasil da década de 1920, o café representava 70% da renda obtida. Essa riqueza e poder que o café trazia aos cafeicultores fizeram com que a República Velha, fosse chamada de República do café.

Diante da crise pela qual passava o capitalismo no mundo e da crise financeira pela qual passava o Brasil nos anos 20, os credores ingleses da casa bancária Rotschild resolveram inspecionar a situação financeira do país. Na ocasião, em 1924, depois de percorrer o interior do país para concluir o que deveriam levar em troca dos juros da dívida externa brasileira, o líder da Missão Montagu, Lord Lovat afirmou que a principal indústria do Brasil era ainda a agricultura.

De fato a agricultura brasileira ia bem, mas a política de proteção ao café fazia convergir os investimentos ao setor cafeeiro. Com isto, o Brasil produzia mais café do que o mercado mundial podia absorver, causando assim a superprodução aliada ao subconsumo do produto. Numa sociedade de mercado o que impera é a lei da oferta e procura. Toda vez que a oferta for maior que a procura o preço tende a cair.

À medida em que a cafeicultura entrava em decadência, a economia brasileira se adequava ao sistema capitalista, surgiram os empresários industriais. Esses empresários não foram “oposição” a burguesia rural-agrária como em outras economias capitalistas, pois eles eram os próprios senhores rurais que ampliavam suas atividades econômicas. Quando acontecia de surgir indústrias de emigrantes por exemplo, os senhores rurais se aliavam a eles e somavam fortunas ou os industriais urbanos compravam as fazendas dos senhores falidos pela crise. Assim, no Brasil, incorporou-se os interesses econômicos tradicionais (agro-exportador) como as atividades industriais (emergentes).

Uma outra característica era que a burguesia brasileira se associava aos interesses econômicos estrangeiros, a chamada submissão ou dependência. Isto explica o fato da burguesia da década de 1920, não ser ainda definida como nacionalista.

Somente em 1928 é que Roberto Simonsen lidera a criação do Centro das Indústrias de São Paulo, o CIESP, que mais tarde daria origem à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – a FIESP. Além da burguesia industrial atrelada à economia cafeeira, a classe média vinha se desenhando, pequenos e médios comerciantes, funcionários públicos, artesãos ou profissionais liberais.

Porém, os cafeicultores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, enquanto classe econômica e politicamente dominantes vinham dando as cartas no jogo político da República Velha desde 1906, quando fizeram um acordo (acordo de Taubaté – 1.906), através do qual obrigavam os governos de seus respectivos Estados comprarem os estoques excedentes de café, os quais teriam que adquirir empréstimos aos banqueiros ingleses. O saldo da dívida contraída pelos Estados era repassado ao Governo Federal. Os altos juros pagos com a emissão de papel moeda causava alta inflação. Para pagamento utilizava-se o

expediente de aumentar impostos sobre a população. Com isso, para proteger a cafeicultura, a União sacrificava o restante da população brasileira com o intuito de garantir os interesses dos cafeicultores.

Para perpetuar tal política de proteção à cafeicultura reservava-se a sucessão no governo federal aos dois Estados maiores produtores de café e, por isso, os mais ricos e também os mais populosos e melhores de voto, no caso: São Paulo e Minas Gerais; os partidos republicanos destes dois Estados (PRP/PRM) haviam firmado um acordo onde seria respeitada a alternância no poder, ora de um candidato à presidência indicado por São Paulo, ora por outro indicado por Minas Gerais. Esta aliança denominou a República Velha de “República do café-com-leite”. São Paulo maior produtor de café e Minas Gerais maior produtor de leite.

Em meio a crise do capitalismo e do café (desvalorização do produto) foi aberta, em 1927, a sucessão presidencial. Washington Luis cafeicultor paulista e presidente da República temendo a não continuidade da política de proteção à cafeicultura pelo seu sucessor e que de acordo com política do café-com-leite, havia de ser um mineiro, insistiu na indicação de um outro paulista, Julio Prestes. Rompeu-se assim o acordo entre São Paulo e Minas Gerais e a “política do café-com-leite”. Minas Gerais formou outra aliança, desta vez com o Rio Grande do Sul e outros Estados como a Paraíba. Esta ficou conhecida por Aliança Liberal.

A aliança liberal lançou Getúlio Vargas, para presidente e João Pessoa como vice. A oposição aliancista teve o apoio também dos tenentes, que esperavam a realização de reformas para a “salvação” do país. Apesar das costumeiras fraudes terem sido denunciadas, a situação ganhou a eleição. Getúlio Vargas, aceitou a derrota, mas os tenentes não.

O clima político era de exaltação. No dia 26 de julho de 1930, João Pessoa foi assassinado, por seu inimigo político João Dantas. Com isso, desencadeia-se a ira revolucionária, e no dia 03 de outubro a revolução eclodiu no Rio Grande do Sul e depois nos Estados do Nordeste. Na capital, Rio de Janeiro, uma junta militar, a 24/10/1930, exigiu que Washington Luis renunciasse. A revolução de 30 representou, economicamente, um marco na transição da economia agrária – exportadora, para uma economia industrial. Com ela teve lugar de destaque a intensa proteção do Estado à economia. Tanto à velha economia agrícola exportadora, quanto à insurgente economia industrial. Apesar do país estar se industrializando, Getúlio Vargas, já no poder, não deixou de apoiar a economia cafeeira. Ele se empenhou para socorrer a lavoura, ordenando a compra e queima do café estocado em armazéns públicos, com o intuito de sustentar o preço do produto no mercado internacional. Também em outros setores agrícolas ele interveio, como por exemplo, ao criar o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), através do qual submeteu a economia açucareira a um sistema de quotas entre as unidades produtoras (usinas e engenhos) do país.

Se a vocação do Brasil até a década de 20 era a agricultura, a partir daí deixaria de sê-lo, como diria Roberto Simonsen, em discurso proferido pela ocasião da fundação do CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), em 1928:

Se é certo que a estrutura econômica do Brasil deve repousar na cultura da terra, não é menos certo que no estágio atual da civilização, a independência econômica de uma grande nação, seu prestígio e sua atuação política como povo independente no concerto das nações só podem ser tomadas na consideração devida, possuindo este país um parque industrial eficiente na altura de seu envolvimento agrícola.⁶⁴

Simonsen afirmava que o Brasil apenas enquanto fornecedor de matérias-primas para a indústria dos países desenvolvidos não teria como manter sua balança comercial favorável, a valorização monetária e a distribuição da renda nacional. Tendo como modelo de produção a monocultura de estilo colonial não conseguiria competir no mercado internacional com os países industrializados e nem reduzir seus níveis de pobreza. Diz ele: “Ora, não é possível assemelhar a estrutura econômica de países fortemente aparelhados e de produção diversificada industrial e agrícola, com a dos que exploram poucos produtos e, ainda estes, de natureza ‘colonial.’⁶⁵ Motivo pelo qual o Brasil era obrigado a proteger a economia agro-exportadora cafeeira em detrimento das demais atividades econômicas e até da indústria, para manter os preços no mercado internacional deste produto nacional e assim equilibrar o balanço de pagamentos do País. Consciente da posição de inferioridade e atraso do país em relação ao seu desenvolvimento industrial, em comparação as potências em fase avançada de industrialização, afirmava que este descompasso só podia ser acertado com o Estado investindo na investigação científica, nos inventos, na proteção das patentes e da economia nacional, de modo a favorecer a pesquisa e o investimento na indústria. Simonsen queria que o Estado realizasse o papel de benfeitor ao criar a classe industrial brasileira.

Em discurso Simonsen exalta, na oportunidade, a necessidade do país se voltar para o estudo da sociologia, da política e das ciências sociais, assim como os países mais adiantados do mundo o faziam. Sobretudo a partir daquele contexto de crise em que passava a sociedade capitalista. Crise esta, segundo ele, acentuada /.../ por um desequilíbrio entre uma produção em excesso e um consumo deficitário...⁶⁶. Para resolver tal problema o país não havia de se deixar levar pelo irresponsável sistema liberal e nem pelo controle excessivo dos meios de produção pregado pelo comunismo. Havia necessidade

64 LIMA, H. F. 3 Industrialistas Brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p. 164.

65 Idem, pp. 22-24.

66 SIMONSEN, R. C. Rumo à verdade. São Paulo: São Paulo Editora Limitada, 1933, p. 10.

de se estudar as condições do país para um desenvolvimento harmonioso entre a oferta e a procura.

Em prol da causa constitucionalista, em 1932, Simonsen adaptara a indústria paulista para a fabricação de armamentos, mostrando conhecimento e versatilidade na engenharia mecânica e industrial. Com a derrota dos paulistas, os rebelados acabaram presos e Simonsen exilado na Argentina. Depois de dois anos, com a Constituição liberal de 1934, Simonsen foi anistiado por Getúlio Vargas, retornou ao país e ainda foi eleito a deputado constituinte pelo Estado de São Paulo e participou, na ocasião, das discussões em torno do salário mínimo e dos demais direitos trabalhistas que consolidariam a legislação trabalhista (C.L.T.), em 1943.

Já na sessão de 1º de janeiro de 1934, na Assembléia Constituinte, Simonsen, declarar-se-ia favorável que o Estado exercesse participação ativa na economia, não ainda, como produtor, mas como elemento regulador.⁶⁷

Na carta constitucional⁶⁸ sugeriu que se fizesse incluir a obrigatoriedade do levantamento periódico, por parte dos poderes públicos, dos níveis de vida nas várias regiões do país.⁶⁹ Que fossem levantadas as condições de vida de cada região brasileira para se aplicar o recém criado salário mínimo e deste modo diminuir as desigualdades sociais. Era partidário de salários diferenciados para cada região do país de acordo é claro com suas condições ou níveis de desenvolvimento. Esta foi a maneira de Simonsen preocupar-se com a questão social sem descuidar-se da questão econômica. Segundo ele, o equilíbrio social só poderia sustentar-se pela instituição de uma economia forte e consolidada.

Em 1935, diante da dependência econômica vivida pelo país e do perigo que isso poderia acarretar em momentos de crise, Simonsen apontava a necessidade de uma política que viabilizasse a industrialização nacional para aproveitar melhor o potencial agrícola. Na ocasião Simonsen torna-se mais radical, segundo ele o Estado não podia ser apenas regulador da economia, mas criador de indústrias básicas: “/.../ e a conclusão que se me depara é a de que, racionalizada a nossa produção agrícola, devemos seguir, no que concerne às indústrias, uma política abertamente intervencionista. Temos que fomentar a criação de indústrias basilares à nossa economia e segurança.”⁷⁰

O Brasil, do mesmo modo que os demais países capitalistas atingidos pela crise, nortearia sua política econômica abandonando o liberalismo em seu conteúdo clássico para adotar uma política intervencionista cada vez mais radical, de conteúdo keynesiano.

Simonsen afirmava que nos países em que se acelerou o desenvolvimento técnico na produção de bens, ocasionou o

desemprego e a proletarização da sociedade, ao mesmo tempo que fez elevar os espíritos contrários ao desenvolvimento e cada vez mais ferrenhos pela igualdade social dos homens por meio da intervenção política, isto é, por meio de estados totalitários e comunistas. Com a proposta de um Estado forte e ao mesmo tempo democrático (constitucionalista), capaz de orientar a economia do país no sentido da justiça social seria possível diminuir o individualismo liberal e frear o ímpeto do coletivismo comunista.⁷¹

Em 1935, com a radicalização comunista no interior da Aliança Nacional Libertadora – ANL – que levou a um levante armado, a denominada Intentona Comunista, Roberto Simonsen aproxima-se de Vargas com o propósito de conquistá-lo para as teses industrialistas e ajudá-lo no combate à esquerda.

Com o golpe de Estado promovido por Vargas que deu origem ao Estado Novo, em 1937, Simonsen perde o mandato parlamentar por causa do fechamento do Congresso Nacional, mas não se importa com isso, pois é, ao mesmo tempo promovido pelo novo regime, a presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que ele mesmo havia criado) época em que publica sua magestosa obra, *a História Econômica do Brasil*.⁷²

No ano seguinte, 1938, Vargas, lança as sementes do modelo de substituição de importações por inspiração de Roberto Simonsen e um amplo grupo de empresários progressistas.

Em 1939, foi instituído o Plano Especial e Aparelhamento da Defesa Nacional, paralelamente ao orçamento federal, pelo decreto nº 1058 de 19/01/1939, cujos objetivos eram: criação de indústrias básicas, execução de obras públicas; e prover a defesa nacional de elementos necessários ao seu desenvolvimento e com isto proteger o o Brasil do perigo comunista, de inspiração soviética (de Luis Carlos Prestes, Oswald Andrade, Graciliano Ramos e Cândido Portinari).

A execução do plano era prevista com recursos próprios, sem prejuízo do equilíbrio das receitas e despesas públicas. Como seu período de vigência coincidiu com a II Guerra Mundial, os gastos com a defesa nacional tiveram prioridades. Ele constituiu a primeira experiência do planejamento global dos investimentos públicos, assim como marcou a entrada decisiva do governo na área das indústrias de base, como veremos mais adiante.

Durante todo o período em que durou o Estado Novo (1937-45) manifestava-se a opinião dos empresários da necessidade do Estado tirar a indústria nacional do atraso e a colocar em pé de igualdade para poder competir no mercado

67 DINIZ, E. Empresário Nacional e Estado no Brasil. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978, p. 65.

68 Trata-se da Constituição de 1934, na qual e por influência de Roberto C. Simonsen foi instituído o salário mínimo, a jornada máxima de 8 horas, descanso semanal e férias remuneradas.

69 Proposta apresentada na carta constitucional de 1934, que incluída na discussão posterior, em 1940, quando de sua participação, “Nas Semanas de Ação Social do Brasil”, em sua 4ª Sessão, com a apresentação da comunicação, cujo texto intitulou-se “Níveis de Vida e a Economia Nacional”. São Paulo: Setembro de 1940, p. 15.

70 LIMA, H. F. 3 Industrialistas Brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p. 164.

71 SIMONSEN, Roberto Cochrane. Rumo à verdade. São Paulo: São Paulo Editora Limitada, 1933, pp. 8-11

nacional (contra multi-nacionais aqui residentes) e internacional com a indústria dos países mais evoluídos. Esta foi a posição de Roberto Simonsen, no final do Estado Novo, na campanha pela Planificação da Economia Nacional por ele empreendida dentro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial.⁷³

A eficácia de suas medidas reformaria o consenso dos empresários junto à nova ordem corporativa. No Brasil, duas medidas merecem maior destaque: a criação de um vultoso plano quinquenal, e a instalação da Usina de Volta Redonda, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Tratava-se da primeira usina integrada de aço da América Latina e procurava apresentar uma solução definitiva para o problema siderúrgico brasileiro.

Simonsen no Contexto da Industrialização de Base.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, Getúlio Vargas pendia para este ou para aquele lado de acordo com o momento, as circunstâncias e as implicações internacionais. Se por um lado, existiam laços econômicos ligando o Brasil aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), também, era verdade que o país não poderia fugir dos Estados Unidos.

A política externa do Estado Novo caracterizou-se, portanto, pelo pragmatismo, por uma relativa distância dos centros mundiais de poder. Politicamente o ministério de Vargas se dividia: Osvaldo Aranha, por exemplo, era francamente favorável aos Estados Unidos, enquanto o jurista Francisco Campos e o general Góes Monteiro pendiam para o lado dos alemães.

Mas a questão de maior importância para o governo brasileiro era a construção da grande Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Como os recursos estatais estavam empregados na defesa, para a concretização deste projeto, Vargas teria que contar com o valioso capital norte-americano, que só pode ser obtido após um habilidoso jogo de pressões e do anúncio de que a empresa alemã Krupp mantinha interesse na construção de Volta Redonda. O subsecretário de estado, Welles, atuou pessoalmente na liberação do financiamento americano à usina siderúrgica brasileira. A partir de 1941 o Estado Novo definia de que lado lutaria na guerra.

O Estado Novo foi intervencionista ao criar ele mesmo uma indústria de base como a CSN, mas não o fez inventando recursos, como na emissão de papel moeda e o conseqüente dilatação do meio circulante, mas pelo endividamento do país ao contrair empréstimos junto aos Estados Unidos. Foi assim que o Estado Novo conseguiu recursos para investir diretamente naquela indústria que se tornaria a base da industrialização no país.

Em 1942, o governo Roosevelt enviou uma missão

técnica, chefiada por Moris L. Cook, para estudar a possibilidade de intensificação da produção para a guerra, que acabou concluindo que a nossa situação ainda era um estágio primitivo de desenvolvimento industrial.

A missão assinala os pontos de maior fraqueza da indústria brasileira: 1) a dependência da importação de petróleo, que utilizamos em larga escala em motores industriais, nos automóveis e até para a iluminação; 2) a importação de carvão para o transporte e motores industriais; 3) Carência de metais especiais e equipamentos para novos empreendimentos e conservação dos existentes.

A missão concluiu, observando que:

.../ na idade do aço e do vapor, a liderança industrial pertenceu às regiões mundiais em que se encontravam depósitos de carvão e minério de ferro, próximos uns dos outros e dos centros populosos. Como no Brasil não ocorre essas circunstâncias, os processos econômicos dominantes nos últimos cem anos dificilmente permitiriam as soluções de seus problemas de transportes. A prevalecerem os processos do século XIX, o desenvolvimento industrial do país teria que ser limitado.⁷⁴

A Missão aponta qual seria a solução para o Brasil desenvolver sua indústria:

.../ A tarefa seria requerer medidas preparatórias como a construção de ciclópicas usinas produtoras de energia, a criação de siderurgia, a exploração e o refino de petróleo, a elevação da capacidade de importar e, em conseqüência, a de exportar, e na regulação do mercado interno, em especial do mercado da força de trabalho. Declara-se como objetivo essencial do Estado o estímulo, pelo uso de recursos políticos,... As ideias e a racionalização dessa política vieram de conselheiros empresários, como Roberto Simonsen.⁷⁵

Em 1943, Roberto Simonsen organizaria a participação dos empresários na construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.

O Estado deveria chamar para si a responsabilidade das iniciativas econômicas, sendo que o governo iria ao ponto de principal empresário. O governo de Vargas, tornou-se o agente da vida econômica do país, com a tendência industrialista de cunho intervencionista.

72 SIMONSEN, R. C. História Econômica do Brasil: 1500/1820. 8ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. Ocasão em que professou curso na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

73 DINIZ, E. Empresário Nacional e Estado no Brasil. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978, pp. 64/65.

74 Cit por CARONE, E. O Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Difel, 1977, pp. 59-61. Ver também Simonsen, Roberto C. "A Situação Brasileira vista pelos técnicos norte-americanos". in: Evolução Industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, EDUSP, 1973, pp. 297-299.

75 Id. Ibid.

Aí entram as idéias e aspirações industrialista-nacionalistas de Roberto C. Simonsen de que o Estado deveria ser o mentor das indústrias de base, surgindo neste contexto a Companhia siderurgia Nacional, em Volta Redonda, com a clara intenção de industrializar o Brasil. O intervencionismo e o nacionalismo não significaram uma independência econômica, mesmo porque para promover a industrialização o Brasil recorreu aos recursos de grupos estrangeiros.

Pela visão de Simonsen a indústria brasileira só se desenvolveria com o intervencionismo estatal, transformando as indústrias de bens de consumo em indústria de base. Mas para que ocorresse esse desenvolvimento seria necessário o intervencionismo estatal pois só o liberalismo econômico não permitiria tal acontecimento.

Portanto, o período histórico de maturidade intelectual vivido pelo engenheiro e empresário Roberto Cochrane Simonsen, foi mesmo uma época de crise do liberalismo capitalista e por isso da necessidade histórica do intervencionismo de Estado na planificação das economias nacionais, enquanto medidas políticas para atenuar a crise.

Nos Estados de economias dependentes das nações industrializadas a efervescência tanto de esquerda quanto de direita como o liberalismo e o imperialismo capitalista faziam vir à tona a necessidade de uma revolução de cunho nacional-burguesa contra a dependência econômica estrangeira.

Em 1945 trava histórica polêmica com o professor livre-cambista Eugênio Gudín. A percepção de Gudín era de que o planejamento, pela sua personalidade intervencionista, ameaçava o liberalismo e podia fazer o país se aproximar do totalitarismo comunista. Contrário ao industrialismo, Gudín considerava a agricultura 'a única atividade econômica para a qual demonstramos capacidade'.

Simonsen entendia diferente. *"[...] o intervencionismo, se feito com prudência e acerto, reforça o liberalismo [...]. O planejamento não implica na inexistência de investimentos privados. Irá acontecer justamente o contrário. Num ambiente favorável ao direito de propriedade, a tendência natural seria a expansão dos investimentos, fazendo germinar a descentralização industrial e a redução dos níveis de pobreza"*.⁷⁶

O Pensamento Social de Roberto Simonsen

Simonsen explica o surgimento da luta de classes no período de industrialização mundial e o surgimento de doutrinas sociais extremistas:

A ambição do rápido enriquecimento, a forte concorrência entre os industriais, as contínuas transformações e aperfeiçoamentos nos meios de produção e a ausência do predomínio de fatores de ordem moral na

*grande evolução que ali se processou, tudo isto, a par do aumento excessivo das populações, acarretou a formação da grande classe proletária mal paga e insatisfeita.*⁷⁷

Segundo Simonsen, a Igreja Católica não ficou indiferente às más condições de vida da classe proletária, resultando dessa reação a melhora no padrão de vida do operário na maioria das nações européias. Muitas conquistas de sua época seriam resultado da atuação da Igreja neste processo.

No capitalismo com seu clássico processo de concorrência, as medidas protetoras da classe operária deveriam ser tomadas simultaneamente pelos vários países, para não gerar disparidades nos custos da produção internacional. Isto ficou claro quando da inclusão de normas de direito social no Tratado de Versailles.

O Estado de Pobreza

A grande maioria da humanidade sempre viveu na pobreza. Esta pobreza era mais intensa nas sociedades primitivas, mas, mesmo hoje em sociedades tidas como ricas e desenvolvidas ela está presente de forma impressionante.

Segundo pesquisas as causas do estado de pobreza são objetivas e provêm da organização social estranhas ao indivíduo e ao seu controle; e subjetivas: quando originam-se principalmente, da incapacidade ou da insuficiência individual.

Pobreza e Níveis de Vida

O padrão de vida mínimo, que classifica o indivíduo como pobre ou não, varia, com o grau de civilização dos povos.

*Por uma legislação adequada e pela atuação da Igreja, podem-se corrigir abusos na distribuição e atenuar os sofrimentos dos vencidos nas competições da vida. Mas, ainda nas sociedades em que predominam os mais severos preceitos de moral e da justiça, o bem estar material está subordinado à massa de produção social, que elas possam proporcionar.*⁷⁸

Níveis de Vida dos Brasileiros

No Brasil de sua época, Simonsen afirmou existir grupos humanos totalmente distintos (onde os níveis de vida são variantes), desde índios selvagens a habitantes dos grandes centros desenvolvidos: São Paulo e Rio de Janeiro. Mas as populações tendem a se concentrar nos grandes centros onde a riqueza econômica se acentua.

A preferência por imigrantes, logo depois da abolição da escravatura, se deveu ao fato dos brasileiros terem um

76 BIOGRAFIAS DE GRANDES EMPRESÁRIOS: Roberto Simonsen – O pioneiro que levou a indústria brasileira a Idade Moderna. Revista "Isto é Dinheiro" (Coleção Dinheiro), nº 30, p. 04.

77 SIMONSEN, R. C. Níveis de Vida e a Economia Nacional. São Paulo. 1940.

78 Id. Ibid., p..

nível de vida mais baixo em comparação ao europeu, inclusive no aspecto básico da vida humana: a alimentação.

A Insuficiência de Ganho

Simonsen destacou que era complicado comparar os níveis de miséria dos países desenvolvidos da época com os nossos. Porque nestes países a miséria era resultante da má distribuição das riquezas, já aqui, a pobreza decorreria da insuficiência da produção, do atraso e da instabilidade do meio.

O problema do salário estaria ligado ao da produção:

*Todos ansiamos – patrões e empregados do Brasil – que aqui se estabeleça uma justa remuneração do trabalho, que todos possam viver a vida digna a que se refere o santo Papa Leão XIII em sua imorredoura ‘Rerum Novarum’. Mas se a retribuição do homem é fixada em grande parte pela própria produção; se esta é de pequeno valor em relação ao volume de mão de obra disponível, como obter um elevado quociente se o divisor é fraco e o dividendo cresce continuamente?*⁷⁹

Medidas que se Impõem

A melhoria do nível de vida da população estaria atrelada ao crescimento econômico, impondo-se aí a intervenção do governo.

A criação do salário mínimo trouxe a constatação de que nas zonas industriais mais avançadas o valor pago aos trabalhadores já era maior que o mínimo, já nas regiões menos desenvolvidas, ele traria desemprego, pois muitas atividades desenvolvidas nestas regiões enfrentavam a concorrência de outros locais do mundo onde o padrão de vida era ainda menor.

Dá a importância da intervenção governamental, criar através da política exterior fontes de novos mercados para essas zonas, ou incentivar a implantação de novas atividades, que trouxessem desenvolvimento econômico e conseqüente aumento de salários.

Segundo Simonsen o desenvolvimento econômico deveria trazer consigo a melhoria nos níveis de vida da população. Percebia-se, já na época que era grande a preocupação em amortecer as disparidades sociais que poderiam trazer consigo a encarniçada luta de classes.

A Ilusão da Igualdade

*Não cultivemos a ilusão de uma possível igualdade social e material entre os homens. A hierarquia social que se estabelece em função da capacidade dos valores individuais nunca poderá desaparecer, em*⁸⁰

Simonsen citou que essa hierarquia deveria derivar-se dos valores reais do ser humano e não somente dos bens materiais que possuía. Essa hierarquia não significava ausência

de justiça social, direitos políticos e sentimentos religiosos.

A resolução dos problemas sociais passaria pelo Estado através da promoção da prosperidade econômica, pela ação política interna e externa, ampliaria os níveis de trabalho no país, criaria no Brasil a consciência da função social do trabalho como elemento primordial na formação da economia nacional.

Críticas

Simonsen respondeu as críticas de que o homem do campo brasileiro seria “preguiçoso”, segundo ele, nosso homem do campo era sub-alimentado, o que causava nele uma deficiência na resistência física para executar trabalhos contínuos.

Economia Nacional

Simonsen defendeu que a nossa economia deveria ser orientada de dentro para fora, partindo de nossos próprios índices sociais e não copiando diretrizes políticas internacionais que não se ajustavam a nossa realidade.

Ainda segundo ele, a Igreja poderia desempenhar o papel de “esclarecedora”, explicando a grande massa sofredora, que o seu atual estado de pobreza não era resultado, na maioria dos casos, da compressão exercida pelas classes mais favorecidas, e também atuar no campo da educação e da formação técnica, continuando o trabalho já exercido em outras épocas pelos jesuítas.

Em 1945, travava-se histórica polêmica com o professor liberal Eugênio Gudim. A percepção de Gudim era de que o planejamento, pela sua personalidade intervencionista, ameaçava o liberalismo e podia fazer o país se aproximar do totalitarismo comunista.

*Contrário ao industrialismo, considerava a agricultura ‘a única atividade econômica para a qual demonstramos capacidade’. Simonsen entendia diferente. (...) o intervencionismo, se feito com prudência e acerto, reforçava o liberalismo... o planejamento não implicava a inexistência de investimentos privados. Iria acontecer justamente o contrário. Num ambiente favorável ao direito de propriedade, a tendência natural seria a expansão dos investimentos, fazendo germinar a descentralização industrial e a redução dos níveis de pobreza.*⁸¹

Simonsen afirmava que o Brasil apenas como fornecedor de matérias primas para a indústria dos países desenvolvidos não teria como manter sua balança

79 SIMONSEN, R. Níveis de Vida e a Economia Nacional. São Paulo. 1940.

80 SIMONSEN, R. Níveis de Vida e a Economia Nacional. São Paulo. 1940.

81 BIOGRAFIAS DE GRANDES EMPRESÁRIOS: Roberto Simonsen – O pioneiro que levou a indústria brasileira a Idade Moderna. Revista “Isto é Dinheiro” (Coleção Dinheiro), nº 30, p. 04.

comercial favorável, a valorização monetária e a distribuição da renda nacional. Tinha como modelo de produção a monocultura de estilo colonial, não conseguiria competir no mercado internacional com os países industrializados e nem reduzir seus níveis de pobreza. Diz ele: “Ora, não é possível assemelhar a estrutura econômica dos países fortemente aparelhados e de produção diversificada industrial e agrícola, com a dos que exploram poucos produtos e, ainda estes, de natureza colonial.”⁸² Motivo pelo qual o Brasil era obrigado a proteger a economia agro-exportadora cafeeira, em detrimento das demais atividades econômicas e até da indústria, para manter os preços no mercado internacional desse produto nacional e assim equilibrar a balança de pagamentos do país.

Depois da Segunda Guerra o Estado Novo chega ao fim, e em 1946, Simonsen é eleito senador à Constituinte.⁸³ Vencendo o candidato do Partido Comunista Brasileiro, ninguém menos que o pintor Cândido Portinari. Simonsen também ocupou uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, na qual proferindo palestra, em 25 de março de 1948, veio a falecer vítima de uma parada cardíaca.⁸⁴

CONCLUSÃO

O tema da industrialização não prende mais a atenção nem do grande público nem da maioria dos intelectuais, mas a questão do intervencionismo frente ao liberalismo continua mais atual do que nunca face ao fenômeno da globalização. Os problemas são outros, mas a velha polêmica entre intervencionistas e liberais continua na ordem do dia, já que envolve sempre a relação entre Estado/Mercado, Estado/Sociedade, Estado/indivíduo, etc. Do ponto de vista econômico, a questão no Brasil não é mais a industrialização, mas a forma de inserção do país na economia globalizada; do ponto de vista político, o foco é a desigualdade social e o próprio sentido que se quer dar à democracia, o que, de novo, põe face à face intervencionistas e liberais. Assim, novas reflexões sobre o tema parecem ser necessárias

Diante de um objeto tão polêmico, é impossível eliminar totalmente a paixão e alguma dose de subjetividade, entretanto uma nova reflexão só é possível mediante um mínimo de objetividade. Para tanto, torna-se necessário, pelo menos, romper com os lugares-comuns que em geral cercam essa discussão e, assim, acautelar-se contra conclusões apressadas. A questão é intrigante e complexa demais para ser resolvida com velhos chavões.

Em se tratando de um país de industrialização tardia e desigualmente distribuída pelo seu território, é muito difícil que algum brasileiro razoavelmente culto não tenha tomado partido em questão tão polêmica. Evitando ao máximo a subjetividade na análise, o pressuposto histórico não comporta que a investigação se destine a definir com quem estaria a razão, se com os intervencionistas ou com os liberais. Não comporta, tampouco, que se entre numa contenda cujo objetivo seja apontar um vencedor, sendo juiz o historiador. Considera-se necessário evitar, portanto, que a análise se transforme em julgamento moral ou por outra via, que se transforme numa contenda teórica.

Entende-se também que a questão não deve ser encarada em termos abstratos, mas em sua dimensão histórico-concreta. Ou seja, não se trata de examinar abstratamente os argumentos quer de uma, quer de outra escola econômica, mas sim o ambiente histórico e os problemas, os dilemas e as expectativas da sociedade nos momentos em que as teorias aparecem ou reaparecem (ou desaparecem).

O mesmo valeria para o caso do intervencionismo defendido por List. Não é possível examinar as suas teses sem levar em consideração as questões enfrentadas pela Alemanha na primeira metade do século XIX⁸⁵. Fora do ambiente histórico e das necessidades a que tentou responder, os argumentos de uma escola valem tanto quanto os da outra.

Do mesmo modo, somente a partir dos problemas concretos enfrentados pela sociedade brasileira, nos diferentes períodos de sua história, poderíamos examinar a controvérsia entre liberais e intervencionistas. Mas, é bom que se frise, não para verificar qual seria “verdadeira” e qual seria “falsa”. Mas

⁸² Id Ibdem pp. 22-24.

⁸³ A Constituição de 1946 reorganizaria a vida política do país, restaurando a democracia depois dos difíceis anos da ditadura do Estado Novo de Vargas.

⁸⁴ BIOGRAFIAS DE GRANDES EMPRESÁRIOS BRASILEIROS: Roberto Simonsen – O pioneiro que levou a indústria brasileira a Idade Moderna. Revista “Isto é Dinheiro” (Coleção Dinheiro), nº 30, p. 04.

⁸⁵ Alusão à obra de Georg Friedrich List (1848). Sistema Nacional de Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1983. List defendeu o nacionalismo econômico tendo em vista a situação de seu país, a Alemanha, em 1848. Na época a Alemanha encontrava-se ainda dividida em 32 províncias, burgos independentes e feudos. A principal província Alemã era a Prússia. O mesmo acontecia com a Itália constituída de cidades-estados ou Repúblicas mercantis e Estados Pontificados. Este autor advertia para o fato de que a falta de unidade econômica e de uma política nacionalista para a Alemanha causava malefícios à sua industrialização. Nesse sentido, ele dispara críticas ao liberalismo cosmopolita de Adam Smith, afirmando inclusive que os países do ocidente europeu só se desenvolveram graças a criação do Estado Nacional e a intervenção deste na economia mercantilista e colonialista, graças ao absolutismo. É por isso que List resgata com saudade a importância da Liga Hanseática, como sendo aquela que deu progresso e prosperidade à Alemanha nos séculos XIV e XV. Depois que a Liga deixou de existir e se formaram os Estados Nacionais Absolutistas do Ocidente Europeu (Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda) e estes passaram a adotar os princípios mercantilistas, leis intervencionistas e a criar companhias estatais de comércio, bem como manufaturas estatais, os capitais particulares de manufatureiros alemães e de mercadores italianos (das Repúblicas mercantis da Itália) migraram para aqueles países em busca de proteção e certeza de lucro, desenvolvendo-os mais que a Alemanha e a Itália juntos. Não foi por acaso que estes dois últimos não participaram do colonialismo mercantilista, do Antigo Sistema Colonial, vieram, outrossim a participar do colonialismo capitalista tardiamente, a partir do final do século XIX, depois de suas respectivas unificações, centralizações política e conseqüente dirigismo estatal às suas economias nacionais.

verificar o momento histórico em que cada uma se impõe sobre a outra.

Entende-se que, para o historiador preocupado em lançar novas luzes sobre esse tema, o que interessa é verificar o grau de eficácia de ambos os discursos tendo em vista o fim comum a que se propunham, isto é, a industrialização do Brasil. Com relação ao intervencionismo e ao liberalismo resta-nos controvertidas e péssimas lembranças históricas. Afinal, não se pode esquecer que foi o intervencionismo um dos elementos essenciais do fascismo de Benito Mussolini e do Nacional Socialismo de Adolf Hitler, da mesma forma que o liberalismo foi a base ideológica e o programa econômico da sangrenta ditadura de Augusto Pinochet, no Chile. Não precisamos ir longe. Gostariamos de lembrar que o intervencionismo em Simonsen teve lugar no governo mais centralizador, autoritário e opressor de Getúlio Vargas, na ditadura do Estado Novo, de 1937 a 1945.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. **A Vitória da Razão (?): O IDORT e a Sociedade Paulista**. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- BIOGRAFIAS DE GRANDES EMPRESÁRIOS**: Roberto Simonsen – O pioneiro que levou a indústria brasileira a Idade Moderna. Revista “Isto é Dinheiro” (Coleção Dinheiro), nº 30, 1999.
- CALDEIRA, Jorge. **Mauá: Empresário do Império**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARONE, E. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1977.
- CARONE, Edgar. **O pensamento Industrial no Brasil (1880-1845)**. São Paulo./Rio de Janeiro: Difel, 1997.
- _____. **O Estado Novo (1937 - 1945)**. São Paulo: Difel, 1977.
- CORREIA, Inocêncio Serzedelo. **O Problema Econômico no Brasil (1903)**. Brasília/RJ., Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.
- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A. 1991.
- DINIZ, E. **Empresário Nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.
- FALLANGIELLO, H. **Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico**. São Paulo: 1972, mimeo, Dissertação de Mestrado, USP/FEA.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- _____. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - “As idéias estão no lugar”. **CADERNOS DE DEBATES**. São Paulo., Vol. 1, 1976.
- FURTADO, Celso. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1967.
- HALL, Michael M. **Italianos em São Paulo (1880/1920)**. São Paulo: Anais do Museu Paulista. Separata, Tomo XXIX, 1979.
- HOBBSBAWM, E.J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. R.J., Edit. Forense Universitária, 1979.
- HODGSKIN, Thomas. **A Defesa do Trabalho Contra as Pretensões do Capital ou a Improdutividade do Capital demonstrada em relação às Presentes Associações de Jornalheiros**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HOLLANDA, Sergio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira, (O Brasil Monárquico)**, vol. I, Tomo II, São Paulo: DIFEL, 1977.
- KEYNES, John M. - “O fim do laissez-faire”. IN.: KEYNES, J. M. **Economia**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1984.
- LACERDA, Joaquim Franco de. **Produção e consumo de café no mundo**. São Paulo: Editora Typographia Industrial de São Paulo, 1897.
- LENIN, Vladimir Ilich. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- LIMA, Heitor Ferreira. **História do pensamento econômico no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.
- _____. **3 Industrialistas Brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- LIST, Georg Friedrich. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural (Col. “Os Economistas”), Trad. Luís João Baraúna, 1983.
- LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- MELLO, Leonel Itaussu. **História do Brasil**. 11ª Edição. São Paulo: Editora Scipione, 2000.
- MELO, João Cardoso M. de. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- PELÁEZ, Manuel Carlos. **História da industrialização brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- PRADO JR. Caio. **Evolução política do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- _____. **Evolução Política do Brasil e outros Estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- _____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- _____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- SALLUM, Jr. Brasília. **Capitalismo e Cafeicultura. Oeste Paulista: 1888-1930**. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1982.
- SANTOS, José Maria dos. **A política geral do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1989.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e livre-cambismo político** São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria**